

A DUPLA VINDA DE FOUCAULT AO BRASIL

Ney VIEIRA*

A palestra da Dra. Betsy Erkkila é uma síntese brilhante de perspectivas envolvidas, de vozes encadeadas em um concerto polifônico, dialogicamente, procedentes de diversas formações discursivas que por economia significativa os intelectuais norte-americanos vêm denominando de **French theory**.

O que vem sendo chamado nos E.E.U.U. de **French theory** e, entre nós, brasileiros, **ideologia francesa**, e que corresponderia, de modo grosseiro, à específica inflexão da teoria estética francesa a partir de Stéphane Mallarmé até o presente, e em certa medida, a hegemonia, na França, dos estudos inspirados em Nietzsche, com Paul Valéry à frente, e de quem passando por Bataille, Barthes, Lévinas, Sollers, Derrida, Baudrillard e, principalmente, Foucault, seriam os herdeiros atuais neste fim de milênio.

Mais importante, para nós, brasileiros, é comentar que as nossas relações intelectuais com a América, foram – a partir da Independência política do Brasil em 1822 – quase sempre mediadas pela interpretação francesa dos E.E.U.U., e, de como, recentemente essas relações foram revertidas em favor dos estudos americanos sobre a França.

Esta relação triangular França/ E.E.U.U./ Brasil, se deve em alguma medida ao nosso próprio lugar no Ocidente, somos, dado o descompasso histórico, um Outro Ocidente, já que nossa inserção na modernidade foi tardia e bem diversa daquela operada na América (e na França).

* Docente do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Faculdade de Ciências e Letras-UNESP -Araraquara

Passemos, então, aos modos da recepção de Foucault no Brasil, a que chamei metaforicamente de **double advent**, para indicar que Foucault nasceu duas vezes para a cena intelectual brasileira.

Muito do que agora passo a falar é decorrente de conversas, ainda não postas em papel, com personalidades intelectuais que conviveram com Foucault, no Brasil, durante os anos sessenta, setenta e começo dos oitenta. Baseio-me também, na obra fundamental para se estudar a filosofia no Brasil, e suas relações com o ponto de vista cosmopolita, do professor doutor Paulo Eduardo Arantes (1994), titular de Filosofia na Universidade de São Paulo, intitulada *Um Departamento Francês de Ultramar*

A primeira vez que Foucault veio ao Brasil, foi logo após o golpe militar de 1964, por volta de 1966, a convite do professor Gérard Lebrun da Universidade de Aix-en-Provence, que há muitos anos ocupava a cadeira de professor visitante-residente na USP.

Ele veio precedido pela notável fama proporcionada por sua obra inaugural *Maladie Mentale et Psychologie*, primeira obra a ser traduzida para a nossa língua, e pela publicação, em seqüência, de *Folie et Dérison: Histoire de la folie à l'âge classique; Naissance de la clinique: une Archéologie du regard médical e Le Mots et Les Choses*.

Apesar do grande impacto das teses de Foucault, que se desdobra até agora, as teses não prosperaram, salvo exceções, como entre os nietzcheanos, no círculo dos filósofos; filósofos em grande parte envolvidos àquela época, em uma busca, bastante sistemática e crítica, de um sentido original, inovador, do marxismo no Brasil e, por extensão do pensamento dialético, na América Latina.

Esse processo de originalização veio a dar diversas modalidades de marxismo estrutural e de dialética negativa, sendo a versão que acabou por dominar entre nós foi a **teoria da dependência**, cujos pais fundadores foram o filósofo José Arthur Gianotti, o cientista político Fernando Henrique Cardoso e o crítico literário Roberto Schwarz.

Se, no meio filosófico, a recepção foi fraca, graças à hegemonia do marxismo, como também, se insinuava de modo muito forte uma postura analítica baseada, sobretudo, em Wittgenstein, Popper, Quine e Searle, não se pode esquecer que, Foucault vai ter uma forte recepção nos meios ligados à Psicologia, à Psicanálise (não-ortodoxa), à Lingüística e às Artes.

Em relação à Psicologia e à Psicanálise, só para fazer menção a alguns nomes, citaríamos Jurandir Freire Maia, Roberto Machado, Renato

Mezan, Suely Rolnik; na Linguística, além do trabalho pioneiro de Isidoro Blikstein, há que se reportar a Eni Pulcinelli Orlandi, Carlos Vogt e Diana Luz Pessoa de Barros; nas Artes, a influência se deu desde artistas e críticos preocupados com as relações entre poética e visualidade, como Haroldo de Campos, Wilcon Jóia Pereira, Vilém Flusser, Philadelpho Menezes, Arlindo Machado até historiadores da cultura como Ana Maria Belluzzo, que redigiu e organizou o livro e a mostra, *O Brasil dos Viajantes* exposição hoje no exterior em que o olhar estrangeiro sobre o Brasil do fim da Idade Média (antes mesmo do Descobrimento) até o século dezenove, segue a ordem das épistemes estabelecida por Foucault.

Sem dúvida alguma, a obra de Foucault vem gerando frutos em todas as áreas das Humanidades, em especial, na História e na Etnologia, e seria para nós impraticável arrolar todos os nomes que levaram adiante as teses de Foucault. Gostaríamos apenas de lembrar - dada a importância política - de José Augusto Guilhom de Albuquerque, Paulo Sérgio Pinheiro, Renato Janine Ribeiro, Sérgio Adorno, José Carlos Bruni, Edgard de Assis Carvalho, Norma Telles, Amnérís Moroni, Sílvia Hunold Lara, Sidney Chaloub, Edgar De Decca, Mary Pimentel Drumont, e o antropólogo e grande poeta, há alguns anos falecido, Nestor Perlongher.

Para terminar essa primeira parte gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o modo como se deu a apropriação e expropriação das idéias de Foucault no Brasil, para depois falar de seu segundo nascimento, o do Foucault das práticas discursivas “desconstrutivistas”.

Praticamente, toda a obra foucaudiana foi traduzida para o português, sendo que *Vigiar e Punir (Surveiller et Punir: naissance de la prison)*, *As palavras e as coisas (Les Mots et les Choses)*, e a coletânea de artigos e entrevistas diversas intitulada *Microfísica do Poder*, foram várias vezes reeditadas, o que é raro no Brasil.

Contudo, algumas obras capitais como *Raymond Roussel, L'Ordre du discours*, o ensaio “Qu'est-ce un auteur?” e outros textos que compõem a coletânea organizada por Donald F. Bouchard, em língua inglesa, intitulada *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*, não foram traduzidos, o que vem representando uma perda principalmente para os estudantes de Filosofia, Linguística e de Literatura. Do mesmo modo, a bibliografia crítica sobre Foucault, em português, é bem pequena, destacando-se, nesse deserto de livros, *Foucault* do embaixador José Guilherme Merquior (1985), e *História do Estruturalismo*, de François Dosse (1994), entre outros tantos ensaios, como os de Sérgio P. Rouanet e

Renato Janine Ribeiro, que tratam direta e indiretamente do autor ora focalizado.

Esse artigo já estava pronto quando tivemos acesso à Revista de Sociologia da U.S.P, *Tempo Social*, V.7, nº. 1 e 2, outubro de 1995, que traz um importante dossiê sobre Michel Foucault, dossiê em que predomina autores brasileiros, destacando-se as filósofas Salma Jannus Muchail e Katia Muricy, a escritora e crítica Eliana Robert de Moraes e o artigo de Margareth Rago sobre o efeito Foucault na historiografia brasileira recente. Ao final da edição há um levantamento da obra de Foucault e de seus comentadores, levantamento bibliográfico realizado por Marcos César Alvares e Kléber Prado Filho, que comprova nossa afirmação de serem relativamente escassas as contribuições brasileiras sobre Michel Foucault.

A leitura que se fêz de Foucault, no Brasil, foi fundamentalmente uma leitura ideológica e política, e mais, a problemática complexa do **poder**, em seus diversos dispositivos e mecanismos, foram remetidas de modo equivocado à questão do poder estatal, principalmente no período que vai de 1969 até aproximadamente 1984, quando aqui se vivia o período mais duro de uma ditadura militar, a qual tentava impor seu ordenamento disciplinar a todas as dimensões da sociedade, inclusive, prescrevendo a lógica do quartel, àquelas dimensões ligadas à vida privada.

Desse modo, os discursos sobre as minorias, raça, gênero, homoerotismo, etnias e outras subsumiram-se ao discurso centrado na defesa das liberdades democráticas. Em certo sentido, o próprio Foucault avalizou esses vínculos, ele mesmo veio a participar de uma rede internacional de intelectuais ativistas que monitoravam as atividades repressivas do Estado brasileiro e que ajudou a oposição legal e extra-legal ao regime militar à época implantado.

Da mesma maneira, Roland Barthes e Jacques Derrida, foram também lidos politicamente. Barthes, com exceção da professora Leyla Perrone Moisés, foi rapidamente alinhado aos **francfurters** e colocado como pai-fundador de uma semiologia militante e ativista pronta a desmascarar a indústria cultural e os **mass-media**. Foi, portanto, um escândalo, semelhante ao vivido por Susan Sontag na América do Norte, a publicação de *Le plaisir du texte* e, mesmo, de *La Leçon*. A idéia de uma abordagem erótica do texto, como ele fez em *Fragmentos de Um discurso amoroso*, escandalizou parte de nossa (des) inteligência de esquerda.

Até Derrida, tão avesso a uma leitura revisionista do tipo político, durante os anos setenta não escapou do filtro redutor imposto pela **grade**

althusseriana. *Writing and Difference (Escritura e Diferença)*, traduzido para o português em 1972, logo após a *De La Grammatologie* foi referido a uma problemática discursiva de extração marxista, a que opunha centro e periferia.

Segundo Silviano Santiago, da PUC-Rio de Janeiro, então seu principal intérprete, a estrutura como jogo (ou gozo), a ausência de centro, a valorização do periférico, do aspectual, a desconstrução arqueo-genealógica, o problema da diferença ou *différance*, a interpretação já contida no interpretado, os indecíveis, tudo isto, ajudar-nos-ia a entender melhor a nossa condição periférica, o domínio do oral sobre a escrita, a dependência cultural ultrapassando o modelo tradicional que opunha a cópia ao original. Pierre Ménard tornar-se-ia, naqueles tempos, o texto básico do crítico/escritor/ficcionista. Borges, Foucault e Derrida se uniam para redimir os pequenos e desconhecidos escritores que foram postos à margem.

Mudando de registro, com a democratização do país após 1984, o Partido dos Trabalhadores, que fôra fundado em 1980, vai tomando lugar nas discussões sobre temas alternativos, antes fundamentalmente acadêmicas. Esse partido sendo formado com a união de sindicalistas, de participantes dos novos movimentos sociais e de intelectuais não-conformistas, irá desde então abrigar quase todas as tendências libertárias, inaugurando uma difícil convivência interna, já que trata-se de um partido em que a explicitação da diferença é a regra, o que dificultou a eleição de candidatos gays, de lésbicas, de ambientalistas, de ativistas pró-descriminação de drogas, de militantes ligados à anti-psiquiatria etc., não obstante, facilitando a eleição de mulheres, negros e não-brancos.

Assim sendo, as obras de Foucault, Barthes, Derrida e, também, de Deleuze e Guattari, desprendem-se das práticas sociais reais, ainda que efeitos discursivos se façam notar nos dispositivos acionados pelos movimentos sociais, por parcelas da opinião pública e por alguns legisladores e políticos, e, vão refluindo, cada vez mais, para a academia.

Não é de se estranhar, pois trata-se de um outro tempo histórico, que coincide com a segunda vinda de Barthes, Foucault e Derrida, que agora se anuncia como se fosse absoluta novidade.

Não é que se matou e se esqueceu Foucault e Barthes, e agora caberia à consciência em culpa reabilitá-los, ao contrário, agora seria a hora de lembrá-los, como fez Renato Janine Ribeiro (1985) em relação a Foucault no livro que organizou intitulado *Recordar Foucault*.

É que mais que nunca, nesses tempos de globalização da economia e de mundialização da cultura, de aceleração do tempo histórico graças ao aumento incalculável do processamento de informações, atravessando, sem pedir licença, fronteiras, esborçando os antigos Estados nacionais; nesta época de espacialização do capitalismo tardio, de quebra das identidades locais, grupais, raciais, culturais e nacionais; nesse momento em que o tempo espacializou-se, que, já não é mais tempo histórico e sim pós-histórico, espaço onde a condição ou cultura pós-moderna é um fato; fato imprevisível em sua indecibilidade, **tudo isso faz, cada vez mais, atual** uma re-leitura dos autores ligados à **French theory**, pois eles de certo modo anteciparam esses novos tempos, ao anunciarem os determinantes e os modos de interpretação da condição pós-moderna.

Completando, nos E.E.U.U. o declínio da esfera pública e o fim da cultura intelectual heróica é um fato inescapável, como já há um certo tempo nos alertara Russell Jacoby, e entre tantas advertências, alertara-nos da incomunicabilidade crescente do marxismo acadêmico, o qual tornaria impraticável o lançamento de uma ponte sequer em direção ao **common sense**, ao leitor comum, o que resultaria impraticável, uma nova teoria da hegemonia, como o esforço ensaiado nesse sentido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, pela impossibilidade mesma de se re-criar novas **linguagens de classe** - a partir da condição operária e do modo de vida das minorias - que fossem passíveis de serem agenciadas, subjetivamente, pelos oprimidos.

Foucault, ao contrário de Habermas, Jacoby e Jameson, não deplora o fim da esfera pública, e nem se resigna face à constatação da crise da representatividade pública (que é fundamentalmente política, mas que diz respeito a toda ordem de representações), irá ele propor então estratégias diferentes de ação e valorizará alguém que surge no novo cenário: o intelectual específico.

Tal intelectual específico, se oporia então ao intelectual universal, isto é, aquele que não é necessariamente um escritor, mas alguém portador de **competências**, como médico e engenheiros etc.

A partir do momento que a politização se realiza a partir da atividade específica de cada um, e se reorganiza as condições de autoria, o limite imposto pela escritura (*écriture*), como escrita inaugural ou inventiva, marca sagrada do intelectual, irá então desaparecer. E, a partir deste patamar, poderão surgir nexos e ligações transversais (isto é, não hierarquicamente disposta) entre um saber e outros saberes. Desse modo, os magistrados (Foucault talvez tenha em mente o juizado de instrução norte-americano e não

o nosso familiar delegado de polícia....) e os psiquiatras, os médicos, os assistentes sociais, os trabalhadores de laboratórios e os sociólogos podem, em seu próprio lugar e por meio de trocas e articulações, participar de uma politização global dos intelectuais. Este processo, segundo Foucault, pode fazer com que se diminua a importância do escritor, e talvez aumente a do professor e da universidade, não que estes sejam os elementos principais, mas porque funcionam como permutadores, pontos de cruzamento e passagem privilegiados.

Uma política para a Teoria Literária deve se enquadrar nesses termos, se seguirmos a lógica foucaudiana, sem romantismos em relação aos anos sessenta e sem ilusões de que a compreensão dos modos de produção da cultura irá ressuscitar o escritor do tipo Zolista, o intelectual universal, que de acordo com Foucault, era antes de mais nada o profissional da Lei, a autoridade portadora daquilo que é justo pela razão ou pela natureza, bem distante do cientista-perito, base daquilo que ele denomina de intelectual específico.

A contrapartida a esse indivíduo que não é nem o escritor genial nem o cientista absoluto é o desaparecimento do grande escritor, da mesma maneira em que vão desaparecendo as narrativas fundadoras da Cultura. Sai de cena o cantor da eternidade e nela adentra o estrategista da vida e da morte.

Essas passagens, extraídas da *Microfísica do Poder* (Foucault, 1980), aqui parafraseadas, à primeira visada, parecem concordar com o juízo de Jameson sobre Foucault, quando ele afirma que o pensamento do último coincide com o momento burocrático da história filosófica do olhar, momento este já superado.

Segundo este autor tão controverso como é Jameson, a tentativa de Foucault transformar uma política de dominação em epistemologia, e de ligar o saber e o poder de modo tão íntimo, com se ele quisesse torná-los inseparáveis, transforma assim o olhar em um instrumento de medição.

O visível, portanto, passa a ser aqui o olhar burocrático que busca a mensurabilidade do outro e de seu mundo, doravante reificado.

Antes de olhar tratar-se-ia de ser olhado o autor parece se esquecer da crítica de Foucault a Charcot, e a passagem do modelo nosológico para o gabinete do analista o que impôs o deslocamento do olhar para o escutar, desse modo a retórica da política em Foucault, pura vigilância, só disciplina, estaria, como quer Jameson, desvinculada do econômico; e as teses

foucaudianas serviriam às ansiedades protopolíticas dos intelectuais desobrigados, a partir de então, de um ativismo político genuíno

Reduzir a obra de Foucault a uma retórica de dominação e do poder é pensá-lo como **pensamento** inoperante nestes tempos pós-modernos, morto e datado como a suposta matriz hobbesiana que teimaria em esconder; já que seria um pensamento mais burocrático do que político. Ao demonstrar só o mecanismo de agenciamento, Foucault, deixa de lado a agência (agency) e o agente, o elemento ativo na vontade de poder.

Não podemos concordar com a visão de Jameson sobre Foucault, já que obscurece seu pensamento, ao mostrar apenas a disseminação das estruturas de poder/ saber, que impediriam a existência de enclaves de não-dominação e de não visibilidade, os quais seriam meras sobrevivências, resistências provindas de tempos pretéritos, não percebendo o caráter permanentemente permutativo entre saber e poder, e a subversão/ transformação daí decorrentes; como, por exemplo, os próprios **media** denunciados por Jameson; aqueles meios de produção de imagem visualidade e visibilidade - que acabam por desempenhar uma certa função cognitiva ao desestabilizarem permanentemente o significado das próprias coisas, processo de desestabilização oposto à reificação aludida acima.

Em resumo, trata-se de captar o constante movimento permutativo, produzido nos embates, nas lutas, nas resistências, nas micropólicas, entre **saber e poder**, que faz da cultura um aparato cognitivo para a compreensão da diversidade do mundo.

Se Foucault, constantemente nos faz lembrar do **diverso**, do **múltiplo** e do **plural**, ele nunca se desprende dos laços com o estruturalismo, movimento que ajudou a fundar, e que entreviu na disciplina **Epistemologia** a continuidade da **Aufklärung** como foi estabelecida por Kant, como ele próprio coloca em seu texto **O que é o iluminismo?** texto encontrável em inglês na coletânea organizada por Paul Rabinow *The Foucault Reader* (1984). Fica muito difícil, para nós, entender inteiramente sua crítica universalista já que Foucault não pode ser alinhado a autores relativistas. Sua genealogia da ética, sua ética do sujeito, sua estética da existência ou ética dos prazeres devem e podem ser remetidas ao **universalismo ético** que é próprio à nossa cultura, um universalismo engastado numa **ontologia do presente**, numa certa **heroicização**, de extração baudelariana, **do presente**.

Sua estética da existência baseia-se, pois, em uma ética dos prazeres mais do que do sexo. Dando ênfase aos prazeres e não ao sexo, Foucault irá afirmar a possibilidade de reinvenção dos sujeitos, sem que se

recorra às identidades instituídas pelas ordens nominativas preconceituosas, ligadas que são ao dispositivo da sexualidade, àquilo que ele chamou de hipótese repressiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, P. E. *Um departamento francês de Ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo*. Campinas: Ensaio, 1994. 2v.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: ____. *Microfísica do poder*. 9. cd. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990.
- FOUCAULT, M. O que é o iluminismo? In: RABINOW, P. *The Foucault reader*. New York: Pantheon Books, 1984.
- HECK, M. *PT: a lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.
- MERQUIOR, J. G. *Foucault*. London: William Collins, 1985.
- RIBEIRO, R. J., (Org.) *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARANTES, P. E. A ideologia francesa e a opinião brasileira. *Novos Estudos Cebrap*. n.3, jul. 1991.
- JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória, Edusp, 1990.
- JAMESON, F. Transformações da imagem na pós-modernidade. In: GAZZOLLA, A. L. (Org.) *Espaço & imagem: tempos do pós-moderno*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- PAOLI, M. C. Citizenship, inequalities, democracy and rights: the making of public space in Brazil. *Social & Legal Studies*, v. 1, 1992.